



Dezembro/2010

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### Concurso Público para provimento de cargos de **Agente Administrativo**

Nome do Candidato \_\_\_\_\_

Caderno de Prova 'A01', Tipo 004

Nº de Inscrição \_\_\_\_\_

MODELO

Nº do Caderno \_\_\_\_\_

MODELO1

Nº do Documento \_\_\_\_\_

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO \_\_\_\_\_

# PROVA

Conhecimentos Gerais  
Língua Portuguesa  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.  
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões e preencher Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Legislação**

1. Tendo em vista a classificação dos serviços públicos, o serviço de segurança pública é
  - (A) não essencial.
  - (B) impróprio.
  - (C) singular.
  - (D) indelegável.
  - (E) de utilidade pública.
2. As informações solicitadas pelo juiz em mandado de segurança impetrado contra ato de Diretor de Escola pública devem ser prestadas
  - (A) por Procurador de Estado designado para defender o diretor.
  - (B) pelo próprio diretor.
  - (C) pelo Procurador-Geral do Estado, como representante do órgão público.
  - (D) pelo secretário da escola.
  - (E) por advogado constituído pelo diretor.
3. A Constituição Federal Brasileira garante, dentre outros direitos e deveres individuais e coletivos, que
  - (A) é assegurado a todos e de forma plena o acesso à informação, vedado porém o sigilo da fonte, ainda quando necessário ao exercício profissional.
  - (B) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, não sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
  - (C) aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.
  - (D) não será admitida ação privada nos crimes de ação pública, ainda que esta não seja intentada no prazo legal.
  - (E) é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis, vedada nas militares, de internação coletiva.
4. A Constituição Federal estabelece a organização do Estado, de forma que os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de
  - (A) referendo, e da Câmara dos Deputados, por lei delegada.
  - (B) plebiscito, e da Câmara dos Deputados, por emenda constitucional.
  - (C) referendo, e do Congresso Nacional, por resolução do Senado Federal.
  - (D) plebiscito, e do Senado Federal, por lei ordinária.
  - (E) plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
5. NÃO está sujeito às disposições da Lei de Improbidade Administrativa o particular que, não sendo agente público,
  - (A) cause prejuízo ao erário sem a participação de agente público.
  - (B) se beneficie de forma direta do ato de improbidade.
  - (C) se beneficie de forma indireta do ato de improbidade.
  - (D) concorra para a prática do ato de improbidade.
  - (E) induza à prática do ato de improbidade.

**Informática**

- Atenção:** Para responder às questões de números 6 a 10, considere as funções originais dos produtos, versões escritas em Português do Brasil:
- MS-Windows XP – Home – modo clássico.  
MS-Office 2003 (Word, Excel e Power Point).
6. Ao fazer uma pesquisa envolvendo três termos no Google, foi escolhida uma determinada opção em um dos sites constantes da lista apresentada. Ao abrir o site, tal opção faz com que os três termos sejam apresentados em destaque com cores diferentes ao longo dos textos da página aberta. Tal opção é
    - (A) "Com realce".
    - (B) "Filtrados".
    - (C) "Em cache".
    - (D) "No domínio".
    - (E) "Similares".
  7. O Windows permite a conexão com uma pasta de rede compartilhada bem como a atribuição de uma letra de unidade à conexão para que se possa acessá-la usando "Meu computador". Para fazer isso, deve-se clicar com o botão direito em "Meu computador" e escolher
    - (A) "Gerenciar".
    - (B) "Mapear unidade de rede".
    - (C) "Meus locais de rede".
    - (D) "Procurar computadores".
    - (E) "Explorar".
  8. Existe uma operação específica no Word que serve para destacar um texto selecionado colocando uma moldura colorida em sua volta, como uma caneta "destaque" (iluminadora). Trata-se de
    - (A) "Cor da borda".
    - (B) "Caixa de texto".
    - (C) "Cor da fonte".
    - (D) "Pincel".
    - (E) "Realce".
  9. Em uma planilha Excel foram colocados os seguintes dados nas células A1 até A4, respectivamente e nessa ordem:

josé+1  
catavento  
catavento+3  
josé

Selecionando-se essas quatro células e arrastando-as pela alça de preenchimento (na borda da célula A4) até a célula A8, o resultado em A5 e A7 será, respectivamente,
    - (A) josé+3 e catavento+4.
    - (B) josé+1 e catavento+3.
    - (C) josé+1 e catavento.
    - (D) josé+2 e catavento+4.
    - (E) josé e catavento+3.
  10. Para iniciar uma nova apresentação em branco no PowerPoint, é possível usar a opção "Apresentação em branco", do "Painel de Tarefas", ou ainda o botão "Novo", que fica no início da barra de ferramentas padrão. Ao fazer isso, o "Painel de Tarefas" será modificado para
    - (A) "Layout do slide".
    - (B) "Barra de desenho".
    - (C) "Mostrar formatação".
    - (D) "Barra de títulos".
    - (E) "Apresentação".



## LÍNGUA PORTUGUESA

**Atenção:** As questões de números 11 a 16 baseiam-se no texto abaixo.

*Em 2008, Nicholas Carr assinou, na revista **The Atlantic**, o polêmico artigo "Estará o Google nos tornando estúpidos?" O texto ganhou a capa da revista e, desde sua publicação, encontra-se entre os mais lidos de seu website. O autor nos brinda agora com **The Shallows: What the internet is doing with our brains**, um livro instrutivo e provocativo, que dosa linguagem fluida com a melhor tradição dos livros de disseminação científica.*

*Novas tecnologias costumam provocar incerteza e medo. As reações mais estridentes nem sempre têm fundamentos científicos. Curiosamente, no caso da internet, os verdadeiros fundamentos científicos deveriam, sim, provocar reações muito estridentes. Carr mergulha em dezenas de estudos científicos sobre o funcionamento do cérebro humano. Conclui que a internet está provocando danos em partes do cérebro que constituem a base do que entendemos como inteligência, além de nos tornar menos sensíveis a sentimentos como compaixão e piedade.*

*O frenesi hipertextual da internet, com seus múltiplos e incessantes estímulos, adentra nossa habilidade de tomar pequenas decisões. Saltamos textos e imagens, traçando um caminho errático pelas páginas eletrônicas. No entanto, esse ganho se dá à custa da perda da capacidade de alimentar nossa memória de longa duração e estabelecer raciocínios mais sofisticados. Carr menciona a dificuldade que muitos de nós, depois de anos de exposição à internet, agora experimentam diante de textos mais longos e elaborados: as sensações de impaciência e de sonolência, com base em estudos científicos sobre o impacto da internet no cérebro humano. Segundo o autor, quando navegamos na rede, "entramos em um ambiente que promove uma leitura apressada, rasa e distraída, e um aprendizado superficial."*

*A internet converteu-se em uma ferramenta poderosa para a transformação do nosso cérebro e, quanto mais a utilizamos, estimulados pela carga gigantesca de informações, imersos no mundo virtual, mais nossas mentes são afetadas. E não se trata apenas de pequenas alterações, mas de mudanças substanciais físicas e funcionais. Essa dispersão da atenção vem à custa da capacidade de concentração e de reflexão.*

(Thomaz Wood Jr. **Carta capital**, 27 de outubro de 2010, p. 72, com adaptações)

11. Em relação à estrutura textual, está correta a afirmativa:
- No 3º parágrafo há comprometimento da clareza quanto aos reais prejuízos causados ao funcionamento do cérebro pelo uso intensivo da internet.
  - A sequência de parágrafos é feita com coerência, por haver progressão articulada do assunto que vem sendo desenvolvido.
  - Os quatro parágrafos do texto são independentes, tendo em vista que cada um deles trata, isoladamente, de uma situação diferente sobre a internet.
  - O 1º parágrafo, especialmente, está isolado dos demais, por conter uma informação, dispensável no contexto, a respeito das publicações de um especialista.
  - Identifica-se uma incoerência no desenvolvimento do texto, comprometendo a afirmativa de que as novas tecnologias provocam incerteza e medo, embora os sites sejam os mais lidos.
12. O assunto do texto está corretamente resumido em:
- Usar a internet estimula funções cerebrais, pelas facilidades de percepção e de domínio de assuntos diversificados e de formatos diferenciados de textos, que permitem uma leitura dinâmica e de acordo com o interesse do usuário.
  - O novo livro de Nicholas Carr, a ser publicado, desperta a curiosidade do leitor pelo tratamento ficcional que seu autor aplica a situações concretas do funcionamento do cérebro, trazidas pelo uso disseminado da internet.
  - O uso da internet deveria motivar reações contrárias de inúmeros especialistas, a exemplo de Nicholas Carr, que procura descobrir as conexões entre raciocínio lógico e estudos científicos sobre o funcionamento do cérebro.
  - O mundo virtual oferecido pela internet propicia o desenvolvimento de diversas capacidades cerebrais em todos aqueles que se dedicam a essa navegação, ainda pouco estudadas e explicitadas em termos científicos.
  - Segundo Nicholas Carr, o uso frequente da internet produz alterações no funcionamento do cérebro, pois estimula leituras superficiais e distraídas, comprometendo a formulação de raciocínios mais sofisticados.
13. *Curiosamente, no caso da internet, os verdadeiros fundamentos científicos deveriam, sim, provocar reações muito estridentes.*
- O autor, para embasar a opinião exposta no 2º parágrafo,
- considera, como base inicial de constatação a respeito do uso da internet, que ela nos torna *menos sensíveis a sentimentos como compaixão e piedade*.
  - questiona a ausência de *fundamentos científicos* que, *no caso da internet, [...] deveriam, sim, provocar reações muito estridentes*.
  - se vale da enorme projeção conferida ao pesquisador antes citado, ironicamente oferecida pela própria internet, em seu *website*.
  - apoiar-se nas conclusões de Nicholas Carr, baseadas em *dezenas de estudos científicos sobre o funcionamento do cérebro humano*.
  - condena, desde o início, *as novas tecnologias*, cujo uso indiscriminado vem *provocando danos em partes do cérebro*.



14. Carr menciona a dificuldade que muitos de nós, depois de anos de exposição à internet, agora experimentam diante de textos mais longos e elaborados: as sensações de impaciência e de sonolência ... (3º parágrafo)

Considere as afirmativas seguintes:

- I. A concordância verbal estaria inteiramente respeitada, com o verbo **experimentar** flexionado na 1ª pessoa do plural, **experimentamos**.
- II. A presença do sinal de crase é facultativa, pois **internet** é palavra originária do inglês, adaptada ao nosso idioma.
- III. O segmento introduzido pelos dois pontos explica a **dificuldade** decorrente da acentuada exposição à internet.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e III, somente.  
(B) I, II e III.  
(C) I, somente.  
(D) II, somente.  
(E) I e III, somente.

15. O segmento inteiramente denotativo é:

- (A) *Conclui que a internet está provocando danos em partes do cérebro ...*
- (B) *Saltamos textos e imagens, traçando um caminho errático pelas páginas eletrônicas.*
- (C) *O autor nos brinda agora com **The Shallows: What the internet is doing with our brains**, (...) que dosa linguagem fluida com a melhor tradição dos livros de disseminação científica.*
- (D) *Carr mergulha em dezenas de estudos científicos sobre o funcionamento do cérebro humano.*
- (E) *... esse ganho se dá à custa de alimentar nossa memória de longa duração e estabelecer raciocínios mais sofisticados.*

16. Essa dispersão da atenção vem à custa da capacidade de concentração e de reflexão. (final do texto)

O segmento grifado estabelece na frase relação de ....., e pode ser substituído, sem alteração do sentido original, por .....

As lacunas acima estarão corretamente preenchidas por:

- (A) ressalva indispensável – embora se perca a capacidade de concentração e de atenção.
- (B) finalidade tardia – para que haja a perda da capacidade de concentração e de atenção.
- (C) causa imediata – devido à perda da capacidade de concentração e de reflexão.
- (D) consequência inesperada – perdendo-se a capacidade de concentração e de atenção.
- (E) explicação redundante – pois há a perda da capacidade de concentração e de atenção.

Atenção: As questões de números 17 a 20 baseiam-se no texto abaixo.

*Também nas cidades de porte médio, localizadas nas vizinhanças das regiões metropolitanas do Sudeste e do Sul do país, as pessoas tendem cada vez mais a optar pelo carro para seus deslocamentos diários, como mostram dados do Departamento Nacional de Trânsito. Em consequência, congestionamentos, acidentes, poluição e altos custos de manutenção da malha viária passaram a fazer parte da lista dos principais problemas desses municípios.*

*Cidades menores, com custo de vida menos elevado que o das capitais, baixo índice de desemprego e poder aquisitivo mais alto, tiveram suas frotas aumentadas em progressão geométrica nos últimos anos. A facilidade de crédito e a isenção de impostos são alguns dos elementos que têm colaborado para a realização do sonho de ter um carro. E os brasileiros desses municípios passaram a utilizar seus carros até para percorrer curtas distâncias, mesmo perdendo tempo em congestionamentos e apesar dos alertas das autoridades sobre os danos provocados ao meio ambiente pelo aumento da frota.*

*Além disso, carro continua a ser sinônimo de status para milhões de brasileiros de todas as regiões. A sua necessidade vem muitas vezes em segundo lugar. Há 35,3 milhões de veículos em todo o país, um crescimento de 66% nos últimos nove anos. Não por acaso oito Estados já registram mais mortes por acidentes no trânsito do que por homicídios.*

(O Estado de S. Paulo, Notas e Informações, A3, 11 de setembro de 2010, com adaptações)

17. A expressão pronominal **em que** preenche corretamente a lacuna da frase:

- (A) Nas grandes cidades, ..... os moradores dependem de transporte coletivo eficiente, tem aumentado consideravelmente a frota de carros particulares.
- (B) O carro próprio, ..... sonham muitos brasileiros, tornou-se possível com a oferta de crédito e a isenção de impostos.
- (C) O aumento da frota de veículos, evidente em inúmeras cidades, pode afetar a qualidade do ar ..... se respira nessas regiões.
- (D) O controle da poluição do ar nas grandes cidades é um assunto ..... se trata em todas as discussões sobre o meio ambiente.
- (E) Seria necessário propiciar transporte de qualidade ..... a população das grandes cidades deixe seu carro na garagem.

18. *Não por acaso oito Estados já registram mais mortes por acidentes no trânsito do que por homicídios.*

A afirmativa final do texto surge como

- (A) hipótese de que a vida nas cidades menores tem perdido qualidade, pois os brasileiros desses municípios passaram a utilizar seus carros até para percorrer curtas distâncias.
- (B) conclusão coerente com todo o desenvolvimento, a partir de um título que poderia ser: *Carro, problema que se agrava*.
- (C) constatação baseada no fato de que os brasileiros desejam possuir um carro, mas perdem *muito tempo em congestionamentos*.
- (D) observação irônica quanto aos problemas decorrentes do aumento na utilização de carros, com *danos provocados ao meio ambiente*.
- (E) comprovação de que a compra de um carro é *sinônimo de status* e, por isso, constitui o maior sonho de consumo do brasileiro.



19. A concordância verbal e nominal está inteiramente correta em:

- (A) O número de automóveis nos países desenvolvidos costumam ser mais elevados, mas nessas cidades existe bons sistemas de transporte coletivo e as pessoas usam seus carros apenas para viagens e passeios de fins de semana.
- (B) No caso das regiões metropolitanas brasileiras, é necessário os investimentos na expansão de sistemas integrados de transporte coletivo, para desestimular o uso de veículos particulares no dia a dia das cidades.
- (C) A redução da emissão de partículas poluentes pelo escapamento dos carros é uma das metas que devem ser atingidas pelos órgãos responsáveis pela organização do trânsito nas grandes cidades.
- (D) Em cidades maiores, inúmeros moradores, para fugir da violência e do estresse urbano, se mudou para condomínios fechados próximos e passou a depender de carro para seus deslocamentos.
- (E) O planejamento urbano das grandes e médias cidades nem sempre acompanharam os deslocamentos de grandes contingentes da população, que depende de transporte coletivo para ir e vir do trabalho diariamente.

20. As ideias mais importantes contidas no 2º parágrafo constam, com lógica e correção, de:

- (A) É nas cidades menores, com custo de vida menos elevado que o das capitais, baixo índice de desemprego e poder aquisitivo mais alto, que tiveram suas frotas aumentadas em progressão geométrica nos últimos anos pela facilidade de crédito e a isenção de impostos são alguns dos elementos que tem colaborado para a realização do sonho de ter um carro.
- (B) Os brasileiros de cidades menores passaram até a percorrer curtas distâncias com seus carros, pela facilidade de crédito e a isenção de impostos, que são elementos que têm colaborado para a realização do sonho de tê-los, e com custo de vida menos elevado que o das capitais, baixo índice de desemprego e poder aquisitivo mais alto, tiveram suas frotas aumentadas em progressão geométrica nos últimos anos.
- (C) A facilidade de crédito e a isenção de impostos são alguns elementos que tem colaborado para a realização do sonho de ter um carro nas cidades menores, e os brasileiros desses municípios passaram a utilizar seus carros para percorrer curtas distâncias, além dos congestionamentos e dos alertas das autoridades sobre os danos provocados ao meio ambiente pelo aumento da frota.
- (D) Cidades menores tiveram suas frotas aumentadas em progressão geométrica nos últimos anos em razão da facilidade de crédito e da isenção de impostos, elementos que têm colaborado para a aquisição de carros que passaram a ser utilizados até mesmo para percorrer curtas distâncias, apesar dos congestionamentos e dos alertas das autoridades sobre os danos provocados ao meio ambiente.
- (E) O menor custo de vida em cidades menores, com baixo índice de desemprego e poder aquisitivo mais alto, aumentaram suas frotas em progressão geométrica nos últimos anos, com a facilidade de crédito e a isenção de impostos, que são alguns dos elementos que têm colaborado para a realização do sonho dos brasileiros de ter um carro.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Matéria Estatutária e Institucional

- 21. O Conselho Nacional do Ministério Público, órgão constitucional criado pela Emenda Constitucional nº 45/2004,
  - (A) é presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
  - (B) é competente, além de outras matérias, para rever os processos disciplinares e criminais de membros do Ministério Público julgados há menos de dois anos.
  - (C) escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, vedada a recondução.
  - (D) compõe-se de onze membros nomeados pelo Congresso Nacional.
  - (E) confere para os seus membros um mandato de dois anos, vedada a recondução.
- 22. Dentre as garantias constitucionais asseguradas aos membros do Ministério Público, destaca-se a
  - (A) participação em sociedade comercial sob qualquer de suas formas.
  - (B) possibilidade de exercer, quando em disponibilidade, qualquer outra função pública, vedado o magistério.
  - (C) inamovibilidade por motivo de interesse público, mediante decisão do Colégio de Procuradores de Justiça, pelo voto da maioria de seus membros.
  - (D) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
  - (E) possibilidade de receber, a qualquer título e pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais, especialmente nas ações civis públicas.
- 23. A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, estabelece, dentre outras hipóteses, quanto ao Ministério Público, que
  - (A) o Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
  - (B) o seu Chefe será nomeado pelo Presidente da Assembleia Legislativa e terá mandato de dois anos, vedada a recondução.
  - (C) o Procurador-Geral de Justiça poderá ser destituído por deliberação da maioria do Conselho Superior do Ministério Público.
  - (D) é garantido aos seus membros, em qualquer hipótese, o exercício da atividade político-partidária.
  - (E) seus membros são estáveis na função, após três anos de posse no cargo.
- 24. Conforme previsão da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, o provimento, a aposentadoria e a concessão das vantagens inerentes aos cargos da carreira e dos serviços auxiliares, do Ministério Público, previstos em lei, dar-se-ão por ato do
  - (A) Procurador-Geral de Justiça.
  - (B) Procurador-Geral do Estado.
  - (C) Governador do Estado.
  - (D) Presidente da Assembleia Legislativa.
  - (E) Presidente do Tribunal de Justiça.



25. Conforme a Lei Estadual nº 7.669/82, é Órgão de Execução do Ministério Público, dentre outros,
- (A) a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.
  - (B) o Conselho Superior do Ministério Público.
  - (C) o Centro de Apoio Operacional.
  - (D) a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.
  - (E) a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.
26. Nos termos da Constituição Federal, além de outros membros, integrarão o Conselho Nacional do Ministério Público
- (A) dois juizes, indicados pelos Tribunais de Justiça Regionais Federais.
  - (B) três membros do Ministério Público da União, além de dois do Ministério Público do Trabalho.
  - (C) três advogados, indicados pelos Conselhos Estaduais da Ordem dos Advogados do Brasil.
  - (D) três membros do Ministério Público dos Estados.
  - (E) três cidadãos com mais de 30 anos de idade, indicados um pela Câmara dos Deputados e dois pelo Senado Federal.
27. Determinado membro do Ministério Público da União é reincidente em falta anteriormente punida com advertência. Assim, conforme previsão da Lei Complementar nº 75/93, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, estará sujeito à pena disciplinar de
- (A) remoção.
  - (B) censura.
  - (C) demissão.
  - (D) suspensão.
  - (E) disponibilidade.
28. Dentre outras atribuições, compete ao Corregedor-Geral do Ministério Público, conforme previsão da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93),
- (A) indicar os membros do Ministério Público que integrarão a Comissão de Concurso de ingresso na carreira.
  - (B) indicar ao Procurador-Geral de Justiça, em lista tripla, os candidatos a remoção ou promoção por merecimento.
  - (C) realizar inspeções nas Procuradorias de Justiça, remetendo relatório reservado ao Colégio de Procuradores de Justiça.
  - (D) autorizar o afastamento de membro do Ministério Público para frequentar curso ou seminário de aperfeiçoamento e estudo, no País ou no exterior.
  - (E) aprovar o quadro geral de antiguidade do Ministério Público e decidir sobre reclamações formuladas a esse respeito.
29. Em relação ao servidor público civil, a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, estabelece, dentre outras hipóteses, que
- (A) é permitida a participação dos servidores públicos no produto da arrecadação de multas, inclusive da dívida ativa, até o limite da sua remuneração mensal.
  - (B) nenhum servidor poderá ser diretor, mas poderá integrar conselho de empresas fornecedoras ou prestadoras de serviços ou que realizem contrato com o Estado.
  - (C) o tempo em que o servidor houver exercido atividade em serviços transferidos para o Estado não será computado como de serviço público estadual.
  - (D) a gratificação concedida ao servidor público estadual designado exclusivamente para exercer atividades no atendimento a deficientes, superdotados ou talentosos será incorporada ao vencimento após percebida por cinco anos consecutivos ou dez intercalados.
  - (E) constituirá critério de evolução na carreira a realização de curso, ainda que não guarde correlação direta e imediata com as atribuições do cargo exercido.
30. Nos termos da Lei Estadual nº 7.669/82, para integrarem o Conselho Superior do Ministério Público, os
- (A) Procuradores ou Promotores de Justiça serão eleitos, no mês de janeiro, através de votação aberta, para mandato de 3 (três) anos, sendo 5 (cinco) nos anos ímpares, pelos membros do Ministério Público em exercício, e 4 (quatro) nos anos pares, por todos os Procuradores do Ministério Público.
  - (B) Procuradores de Justiça serão eleitos, no mês de agosto, através de votação secreta, para mandato de 3 (três) anos, sendo 3 (três) nos anos ímpares, e 6 (seis) nos anos pares, pelos membros do Ministério Público em exercício.
  - (C) Procuradores ou Promotores de Justiça serão eleitos, no mês de julho, através de votação secreta, para mandato de 3 (três) anos, sendo 5 (cinco) nos anos ímpares e 4 (quatro) nos anos pares, por todos os membros do Ministério Público em exercício ou afastados.
  - (D) Procuradores ou Promotores de Justiça vitalícios serão eleitos, no mês de dezembro, através de votação aberta, para mandato de 2 (dois) anos, sendo 4 (quatro) nos anos ímpares, pelos membros do Ministério Público em exercício, e 5 (cinco) nos anos pares, pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público.
  - (E) Procuradores de Justiça serão eleitos, no mês de junho, através de votação secreta, para mandato de 2 (dois) anos, sendo 5 (cinco) nos anos ímpares, pelos membros do Ministério Público em exercício, e 4 (quatro) nos anos pares, pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público.
31. Os servidores públicos abrangidos pelo regime de previdência previsto na Constituição Federal, serão aposentados compulsoriamente aos
- (A) sessenta e cinco anos de idade, se homem, com proventos proporcionais.
  - (B) setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
  - (C) cinquenta e cinco anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se mulher, com proventos proporcionais.
  - (D) sessenta anos de idade, se mulher, com proventos integrais.
  - (E) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, com proventos integrais.



32. Quanto às férias dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul, conforme previsão da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, é INCORRETO afirmar:
- (A) O servidor readaptado, relotado, removido ou reconduzido, quando em gozo de férias, é obrigado, em qualquer hipótese, a apresentar-se antes de concluí-las.
  - (B) Perderá o direito às férias o servidor que, no ano antecedente àquele em que deveria gozá-las, tiver mais de 30 (trinta) dias de faltas não justificadas ao serviço.
  - (C) Por absoluta necessidade de serviço e ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica, as férias poderão ser acumuladas até o máximo de dois períodos anuais.
  - (D) O pagamento da remuneração de férias será efetuado antecipadamente ao servidor que o requerer, juntamente com o acréscimo constitucional de 1/3 (um terço), antes do início do referido período.
  - (E) Durante as férias o servidor terá direito a todas as vantagens inerentes ao cargo como se estivesse em exercício.
33. José, servidor público civil no Estado do Rio Grande do Sul, encontra-se preso para perquirição da sua responsabilidade em crime comum. Nos termos da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, é INCORRETO afirmar que
- (A) perderá o servidor um terço de sua remuneração durante o afastamento no exercício do cargo.
  - (B) caso seja absolvido, terá ressarcidas as diferenças pecuniárias a que fizer jus, durante o tempo de afastamento.
  - (C) em se tratando de funcional não será considerado afastado do exercício do cargo, salvo na hipótese de crime comum, não perdendo, em qualquer caso a sua remuneração durante o afastamento.
  - (D) caso seja condenado, e se esta não for de natureza que determine a demissão, continuará afastado até o cumprimento total da pena.
  - (E) caso seja absolvido, terá considerado este tempo de afastamento do cargo como de efetivo exercício.
34. Quanto ao Regime de Trabalho previsto no Estatuto e Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul (Lei Complementar Estadual nº 10.098/94), é correto afirmar:
- (A) Pelo serviço prestado em horário extra, o servidor não terá direito à remuneração, obrigado o desconto em pecúnia ou folga, nos termos da lei.
  - (B) Considera-se serviço noturno o realizado entre as 20 (vinte) horas de um dia e as 8 (oito) horas do dia seguinte.
  - (C) Ainda que por necessidade de serviço, o servidor não poderá ser convocado para cumprir serviço extraordinário, salvo se autorizado pelo superior hierárquico.
  - (D) A hora de trabalho noturno será computada como de cinquenta e dois minutos e trinta segundos.
  - (E) O horário extraordinário de trabalho não poderá exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária semanal a que estiver sujeito o servidor.
35. São elegíveis ao Cargo de Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul, dentre outros, os membros do Ministério Público que
- (A) se encontrem afastados da carreira.
  - (B) estiverem aposentados.
  - (C) tiverem sido condenados a pena disciplinar, desde que já reabilitados.
  - (D) tiverem sido condenados por crimes dolosos, com decisão transitada em julgado.
  - (E) apresentarem sua candidatura à Comissão Eleitoral até 90 (noventa) dias antes da eleição.
36. Quanto à gratificação por exercício de atividades perigosas devida aos Secretários de Diligências do Ministério Público do Rio Grande do Sul, é correto afirmar que
- (A) será a mesma incorporada aos vencimentos e proventos de inatividade, desde que percebida por mais de seis meses na atividade.
  - (B) caracterizam atividades perigosas, dentre outras, a busca de provas necessárias às atividades do Ministério Público, comprovadas mediante atestado de efetividade expedido pela respectiva chefia.
  - (C) as despesas decorrentes da incorporação da gratificação e de sua atribuição aos inativos, correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Legislativo.
  - (D) é fixada no percentual de 30% (trinta por cento), calculada sobre o provento básico da respectiva função.
  - (E) sobre a gratificação incidirão todas e quaisquer vantagens percebidas pelo servidor, ainda que afastado de suas funções.
37. Nos termos da Lei Estadual nº 8.829/89, aos Secretários de Diligências do Ministério Público do Rio Grande do Sul, no desempenho de atividades externas próprias de seu cargo, é atribuída gratificação mensal título de auxílio-condução, de
- (A) 10% (dez por cento), calculada sobre o vencimento básico da classe inicial da carreira, mediante relatório do próprio beneficiário.
  - (B) 15% (quinze por cento), calculada sobre o vencimento básico da classe final da carreira, mediante atestado do Procurador-Geral de Justiça.
  - (C) 20% (vinte por cento), calculada sobre o vencimento básico da classe inicial da carreira, mediante atestado expedido pela respectiva chefia.
  - (D) 25% (vinte e cinco por cento), calculada sobre o vencimento básico da classe final da carreira, mediante atestado expedido pelo próprio beneficiário.
  - (E) 30% (trinta por cento), calculada sobre o vencimento básico da classe inicial da carreira, mediante atestado expedido pela respectiva chefia.



<p>38. Nos termos do Estatuto e Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul (Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, com alterações supervenientes), quanto ao exercício, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) compete à chefia imediata da unidade administrativa onde for lotado o servidor, dar-lhe exercício e providenciar os elementos necessários à complementação de seus assentamentos individuais.</p> <p>(B) o servidor somente poderá ser posto à disposição de outros órgãos da administração direta, autarquias ou fundações de direito público do Estado, para exercer função de confiança.</p> <p>(C) o servidor removido ou redistribuído <i>ex-officio</i>, que deva ter exercício em outra localidade, terá 15 (quinze) dias para entrar em exercício, incluído neste prazo, o tempo necessário ao deslocamento para a nova sede.</p> <p>(D) a readaptação e a recondução, bem como a nomeação em outro cargo, com a consequente exoneração do anterior, interrompem o exercício.</p> <p>(E) exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo e dar-se-á no prazo até 30 (trinta) dias contados da data da posse.</p>	<p>41. Nos termos da Lei nº 8.666/93, a duração do contrato de aluguel de equipamentos de informática</p> <p>(A) não pode ultrapassar o prazo de vinte e quatro meses.</p> <p>(B) pode ter a duração máxima de trinta e seis meses.</p> <p>(C) pode se estender, desde logo, pelo prazo de até quarenta e oito meses.</p> <p>(D) sujeita-se à regra geral, segundo a qual a duração dos contratos não pode superar a vigência dos respectivos créditos orçamentários.</p> <p>(E) pode se estender, desde logo, pelo prazo de até sessenta meses.</p>
<b>Licitações e Contratos</b>	<p>42. Para a habilitação nas licitações disciplinadas pela Lei nº 8.666/93, NÃO se exige, em regra, como documento relativo à habilitação jurídica,</p> <p>(A) a inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.</p> <p>(B) o decreto de autorização, em se tratando de empresa estrangeira em funcionamento no País.</p> <p>(C) a cédula de identidade.</p> <p>(D) o estatuto social de empresa individual.</p> <p>(E) o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedades comerciais.</p>
<p>39. O prazo de validade das propostas no pregão presencial, disciplinado pela Lei nº 10.520/2002, será de</p> <p>(A) sessenta dias, vedado o estabelecimento de outro prazo no edital.</p> <p>(B) noventa dias.</p> <p>(C) quarenta e cinco dias, proibida a prorrogação.</p> <p>(D) quarenta e cinco dias, prorrogado automaticamente pelo mesmo prazo.</p> <p>(E) sessenta dias, se outro não for fixado no edital.</p>	<p>43. De acordo com a Lei nº 8.666/93, a documentação relativa à regularidade fiscal, para participar de licitação, consistirá, dentre outros dados, em</p> <p>(A) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.</p> <p>(B) comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.</p> <p>(C) prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.</p> <p>(D) comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.</p> <p>(E) registro ou inscrição na entidade profissional competente.</p>
<p>40. No pregão presencial, disciplinado pela Lei nº 10.520/2002, depois de declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer. A falta dessa declaração</p> <p>(A) implicará a prescrição do direito de recurso.</p> <p>(B) implicará a preclusão do direito de recorrer.</p> <p>(C) não impedirá o licitante perdedor de apresentar recurso após a adjudicação.</p> <p>(D) importará a decadência do direito de recurso, mas não a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.</p> <p>(E) importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.</p>	<p>44. A Lei nº 8.666/93 estabelece que o processo licitatório será iniciado, obrigatoriamente, com uma audiência pública sempre que</p> <p>(A) se tratar de licitação na modalidade tomada de preços.</p> <p>(B) a licitação tiver âmbito internacional.</p> <p>(C) o valor estimado da licitação ou para um conjunto de licitações simultâneas ou sucessivas for igual ou superior a duzentos milhões de dólares.</p> <p>(D) o valor estimado para a licitação ou para um conjunto de licitações simultâneas ou sucessivas for superior a cento e cinquenta milhões de reais.</p> <p>(E) se tratar de licitação na modalidade concorrência.</p>



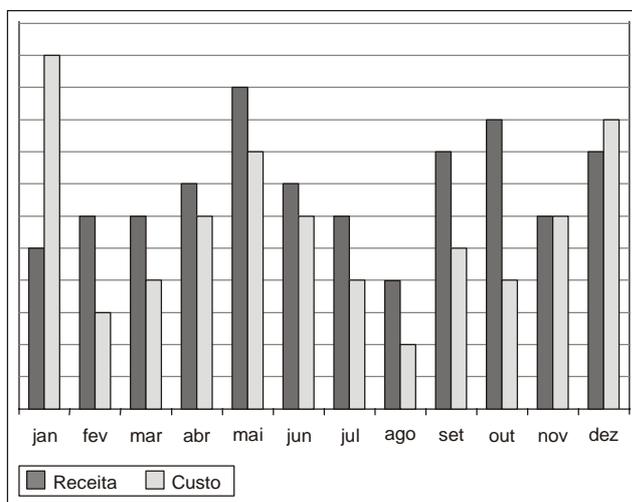
**Orçamento Público e Gestão Fiscal**

45. Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade, durante
- (A) um ano após o encerramento do mandato.  
 (B) todo o exercício.  
 (C) três meses após o encerramento do exercício a que se refere.  
 (D) seis meses após o encerramento do exercício a que se refere.  
 (E) seis meses após o encerramento do mandato.
- 
46. A lei que compreende as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, é
- (A) a Lei de Responsabilidade Fiscal.  
 (B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.  
 (C) a Lei de Improbidade Administrativa.  
 (D) o Plano Plurianual.  
 (E) a Lei Orçamentária anual.
- 
47. O Poder Executivo publicará, até ..... dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- Completa corretamente a lacuna acima:
- (A) trinta  
 (B) cento e vinte  
 (C) noventa  
 (D) sessenta  
 (E) quarenta e cinco
- 
48. No início do exercício financeiro, órgão da Administração Pública precisa fazer empenho de despesa para pagamento de energia elétrica durante o exercício. Esse empenho será na modalidade
- (A) sub-empenho.  
 (B) parcelada.  
 (C) ordinário.  
 (D) global.  
 (E) estimativa.
- 
49. De acordo com a Lei nº 4.320/64, a nota de empenho
- (A) pode ser substituída pelo contrato.  
 (B) pode ser dispensada em casos especiais.  
 (C) não precisa indicar o nome do credor.  
 (D) jamais pode ser dispensada.  
 (E) é documento que substitui o empenho.
- 
50. Estão fora do alcance da Lei Complementar nº 101/2000, NÃO se-lhes aplicando as suas disposições,
- (A) o Ministério Público dos Estados.  
 (B) as Câmaras de Vereadores.  
 (C) os Tribunais de Contas dos Municípios.  
 (D) as Organizações não-governamentais.  
 (E) o Poder Judiciário dos Estados.

**Matemática**

51. A empresa X possui 60 funcionários, dos quais 15% são mulheres. De acordo com uma lei aprovada recentemente, toda empresa do ramo onde atua a empresa X deverá ter, no mínimo, 40% de mulheres entre seus funcionários. Para que a empresa X se adapte à nova lei sem demitir nenhum de seus atuais funcionários e não contratando novos funcionários homens, ela deverá admitir um número de mulheres, no mínimo, igual a
- (A) 25.  
 (B) 22.  
 (C) 20.  
 (D) 18.  
 (E) 15.

52. O gráfico mostra as receitas que uma empresa conseguiu em cada mês de um ano, além dos custos que ela teve nos respectivos meses.



Considerando que o lucro mensal de uma empresa seja dado pela diferença entre a receita e o custo, nessa ordem, observados naquele mês, o maior lucro mensal obtido por essa empresa no ano considerado ocorreu no mês de

- (A) dezembro.  
 (B) outubro.  
 (C) maio.  
 (D) fevereiro.  
 (E) janeiro.
- 
53. A tabela a seguir mostra as participações dos três sócios de uma empresa na composição de suas ações.

Sócio	Total de ações
Paulo Silva	15.000
Maria Oliveira	10.000
Carlos Braga	7.000

Os lucros da empresa em determinado ano, que totalizaram R\$ 560.000,00, foram divididos entre os três sócios proporcionalmente à quantidade de ações que cada um possui. Assim, a sócia Maria Oliveira recebeu nessa divisão

- (A) R\$ 17.500,00.  
 (B) R\$ 56.000,00.  
 (C) R\$ 112.000,00.  
 (D) R\$ 140.000,00.  
 (E) R\$ 175.000,00.



54. Considere as progressões aritméticas:

P: (237, 231, 225, 219, ...) e Q: (4, 9, 14, 19, ...).

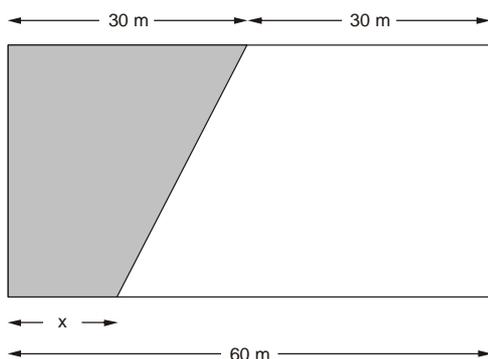
O menor valor de n para o qual o elemento da sequência Q localizado na posição n é maior do que o elemento da sequência P também localizado na posição n é igual a

- (A) 22.
- (B) 23.
- (C) 24.
- (D) 25.
- (E) 26.

55. A média das idades dos cinco jogadores de um time de basquete é 23,2 anos. Se o pivô dessa equipe, que possui 27 anos, for substituído por um jogador de 20 anos e os demais jogadores forem mantidos, então a média de idade dessa equipe, em anos, passará a ser

- (A) 20,6.
- (B) 21,2.
- (C) 21,8.
- (D) 22,4.
- (E) 23,0.

56. A figura mostra um terreno retangular de largura 60 m.



Se a área da região destacada na figura corresponde a 30% da área do terreno, então a medida x vale

- (A) 15 m.
- (B) 12 m.
- (C) 10 m.
- (D) 6 m.
- (E) 3 m.

57. Devido a uma promoção, um televisor está sendo vendido com 12% de desconto sobre o preço normal. Cláudio, funcionário da loja, está interessado em comprar o televisor. Sabendo que, como funcionário da loja, ele tem direito a 25% de desconto sobre o preço promocional, o desconto que Cláudio terá sobre o preço normal do televisor, caso decida adquiri-lo, será de

- (A) 37%.
- (B) 36%.
- (C) 35%.
- (D) 34%.
- (E) 33%.

58. Considere as matrizes  $M = \begin{bmatrix} 1 & 1 \\ 3 & 2 \\ 1 & 1 \\ 5 & 4 \end{bmatrix}$  e  $P = \begin{bmatrix} 2 & 2 \\ 5 & 3 \\ 1 & 5 \\ 4 & 4 \end{bmatrix}$ .

Seja Q o produto das matrizes M e P, nessa ordem, ou seja,  $Q = MP$ , o determinante da matriz Q é igual a

- (A)  $\frac{1}{720}$
- (B)  $\frac{1}{540}$
- (C)  $\frac{1}{360}$
- (D)  $\frac{1}{240}$
- (E)  $\frac{1}{180}$

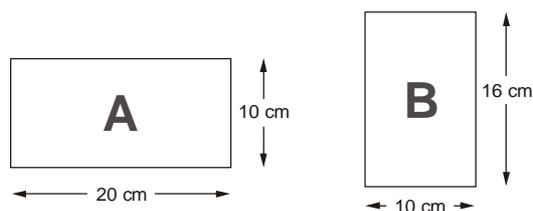
59. O extrato de uma aplicação financeira capitalizada anualmente no sistema de juros compostos é dado na tabela abaixo.

Data	Saldo (R\$)
01/01/2008	20.000,00
01/01/2009	?????
01/01/2010	28.800,00

No período considerado, não houve depósitos nem retiradas. Se as taxas de juros referentes aos períodos de 01/01/2008 a 01/01/2009 e de 01/01/2009 a 01/01/2010 foram iguais, então o saldo da aplicação, em reais, em 01/01/2009 era de

- (A) 25.000,00.
- (B) 24.800,00.
- (C) 24.400,00.
- (D) 24.200,00.
- (E) 24.000,00.

60. A figura mostra os retângulos A e B, que representam, respectivamente, as planificações das superfícies laterais dos cilindros circulares retos A e B, ambos de mesma altura.



Em relação aos volumes dos dois cilindros, é correto afirmar que o volume do cilindro

- (A) B supera em  $\frac{390}{\pi}$  cm<sup>3</sup> o volume do cilindro A.
- (B) B supera em  $\frac{156}{\pi}$  cm<sup>3</sup> o volume do cilindro A.
- (C) A supera em  $\frac{144}{\pi}$  cm<sup>3</sup> o volume do cilindro B.
- (D) A supera em  $\frac{250}{\pi}$  cm<sup>3</sup> o volume do cilindro B.
- (E) A supera em  $\frac{360}{\pi}$  cm<sup>3</sup> o volume do cilindro B.